



Câmara Municipal de Cordeirópolis

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

ATA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA QUARTA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, REALIZADA EM 1º DE MARÇO DE 2006.

Ao primeiro dia do mês de março do ano dois mil e seis reuniu-se a Câmara Municipal de Cordeirópolis para a realização da quarta sessão ordinária, do segundo ano legislativo, da décima quarta legislatura, sob a presidência da vereadora Teresa Chiaradia Peruchi, Vice-Presidente, sendo 1º e 2º secretários os vereadores Reginaldo Martins da Silva e Giovane Henrique Genezelli. Feita a verificação de presença, estavam em plenário os seguintes vereadores: David Bertanha, Fátima Marina Celin, Giovane Henrique Genezelli, Josué Natanael Zanetti Picolini, Reginaldo Martins da Silva, Rinaldo Dias Ramos, Sérgio Balthazar Rodrigues de Oliveira e Teresa Chiaradia Peruchi, ausente o vereador Cristiano Antonio Guarasemin. Havendo número legal, foi aberta a sessão. Na Tribuna Livre falou a senhora Maria Benedita dos Santos Carneiro, que reclamou da suspensão do pagamento dos aluguéis da residência onde mora, custeado pela Prefeitura Municipal desde 2000, da necessidade de que a ajuda seja mantida e dos problemas que vem tendo para sustentar sua família com a baixa renda da capacitação e falta de emprego na cidade. Encerrada sua manifestação, foi suspensa a sessão. Reaberta, foi solicitada pelo vereador Giovane Genezelli e feita pelo vereador Reginaldo Martins da Silva, por solicitação da Sra. Presidente, a leitura de ofício recebido, por ela, da Juíza da Comarca, comunicando concessão de liminar em processo contra o Presidente da Câmara Municipal, do qual resultou liminar impedindo a sua permanência no cargo de Presidente. Iniciou-se a Ordem do Dia, onde deram entrada os seguintes projetos: **Projeto de Lei nº 18, de 1º de março de 2006, do Executivo, que revoga a Lei Municipal nº 2227, de 30 de novembro de 2004. Projeto de Lei nº 19, de 1º de março de 2006, do Executivo, que reorganiza e dá nova estrutura ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, conforme especifica e dá providências correlatas. Foram em votação os seguintes projetos: Projeto de Lei Complementar nº 1, de 27 de janeiro de 2006, do Executivo, que consolida a nova redação dada às tabelas I e II e o artigo 216 da Lei Municipal nº 920, de 20 de dezembro de 1973. Em discussão, nenhum vereador se manifestou. Em votação nominal, foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Projeto de Lei nº 122, de 16 de dezembro de 2005, do Executivo, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural (Conprepacc) e dá outras providências. Em discussão, o vereador Sérgio Balthazar cumprimentou os presentes, disse que é um projeto polemico, mas necessário, porque daqui a pouco não terá mais nada a preservar; que outros países restauram o seu patrimônio e a Prefeitura fiscalizará ser a arquitetura for preservada; falou sobre experiência de sua visita na África do Sul, onde ficou em local onde as casas eram todas iguais como foram construídas; que a cidade tem vários patrimônios destruídos, mas nunca é tarde; que na Fepasa foi destruído 70% e que precisa parceria com governos e iniciativa privada, para conservar o pouco que ficou; Fátima disse que é importante e tem papel determinante e fundamental participação das comunidades envolvidas, para que a população sinta como parte de sua vida e interesse para que seja mantido; que o conselho possa dialogar com a sociedade e com os interessados, cuidando do patrimônio urbano e rural, pois a cidade tem história desde a escravidão; que é uma importante iniciativa e há interesse de outras pessoas. Em aparte, Sérgio Balthazar falou sobre visita a Fazenda Ibicaba e a preocupação do proprietário em manter a sede e seu restauro e a gravação de novela da rede Globo que será realizada; que o proprietário buscou por vontade, que existem outras fazendas históricas na cidade e cabe ao Conselho ajudar a restaurar; que os habitantes da cidade devem conhecer a fazenda e brigar por ela, do mesmo modo como o Centro de Citricultura que é sempre tomado como Limeira, mas está em Cordeirópolis; em votação simbólica, foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Foram apresentadas duas emendas, a primeira de autoria do**



Câmara Municipal de Cordeirópolis

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

vereador Sérgio Balthazar que justificou sua proposta dizendo que é para adequação do projeto e a segunda, de autoria da vereadora Fátima Celin, que tem como objetivo revogar dispositivos que sairiam da lei antiga para vir a atual. Em votação, foi aprovada pela unanimidade dos presentes. **Projeto de Lei nº 16, de 20 de fevereiro de 2006, do Executivo, que dá nova redação a dispositivos da Lei nº 2248, de 19 de abril de 2005.** Em discussão, falaram os seguintes vereadores: Fátima Celin disse que o projeto foi uma solicitação da Associação dos Estudantes ao Departamento de Educação, para ampliar o benefício aos estudantes que freqüentam cursos a mais de 120 km da cidade e cursos pré-vestibular. Sergio Balthazar falou que o projeto é um meio de inclusão social, citando outras ações do Governo Federal no mesmo tema, considerando o governo estadual incompetente nesta área. Sendo repreendido pelo vereador Reginaldo para que se ativesse ao assunto do projeto, falou das medidas do atual governo municipal e seu compromisso cumprido para incentivar a volta aos estudos, pois as empresas pedem profissionais qualificados; falou sobre o investimento em educação, parabenizando a associação pela conquista. Giovane Genezelli parabenizou a iniciativa da Associação, dizendo que os países desenvolvidos investiram em educação, que eram governos em situações difíceis, e as três esferas de governo estão despertando para um Brasil com melhor nível de conhecimento, que é bom para o Município e haverá mais pessoas com acesso à educação. Josué Picolini disse que o complemento do passe escolar é uma reivindicação da Associação, que não foi notado na época, que um país sem cultura fica difícil e estamos carentes de pessoas capazes; que a administração está investindo em educação, cultura e lazer, e parabenizou os estudantes pelo trabalho, considerando importante grupos se reunirem para discussão, e que sempre terão apoio e ninguém quer prejudicar ninguém aqui na Câmara. Rinaldo parabenizou a associação pelo trabalho, esperando que em futuro próximo consigam a bolsa de estudos, graças ao orçamento de R\$ 14 milhões na Educação; que tragam sugestões aos vereadores e que a Associação está voltada para todos, não só para alguns estudantes. David parabenizou a associação pela vitória, falando que o projeto será votado por unanimidade, sugeriu para que lutem e corram atrás porque unidos venceremos, a Câmara apoiará e a bolsa será estudada para o próximo ano dizendo ao final que estudo é dignidade e esperança de vida e com direito. A Sra. Presidente considerou que o projeto é de interesse social, responde aos anseios da população, parabenizando os estudantes pela conquista. Em votação, foi aprovado pela unanimidade dos presentes. **Emenda nº 1, da vereadora Fátima Celin.** Em discussão, ninguém se manifestou. Em votação, foi aprovada por unanimidade. **Projeto de Lei nº 17, de 20 de fevereiro de 2006, do Executivo, que dá nova redação a dispositivo da Lei nº 2240, de 24 de fevereiro de 2005.** Em discussão, Reginaldo disse que o projeto veio a calhar, já que a Tribuna Livre foi usada por uma senhora que expôs sua necessidade, que tem de ser aprovado, mas espera que os membros do programa tenham direitos trabalhistas, para trazer mais uma benfeitoria e oportunidade para estas pessoas se estabilizarem com ajuda e sustento razoável. Giovane Genezelli disse que o projeto está sendo votado hoje e que pessoas maldosas inventaram inverdades com relação a sua pessoa e a do vereador Rinaldo, dizendo que eram contra o projeto, que vai descobrir quem espalhou estas mentiras e tomar as providências necessárias. Falou sobre acidente de trabalho ocorrido na capacitação, onde uma senhora fraturou a bacia, perguntando quais os direitos que ela tem nesse caso, como ficará a família, se o seguro pago está à altura das necessidades, quem será o responsável por tudo isso, esperando que não haja nenhuma tragédia; que todos que trabalham estão sujeitos a acidentes, mas está preocupado com a situação destas pessoas; disse favorável ao aumento do prazo, questionando como fica a família da pessoa, se continuará a receber a cesta básica, notando que outro acidente ocorreu anteriormente, com gravidade menor, onde uma senhora do mais de 50 anos sofreu fratura do fêmur. Fátima disse que o mercado de trabalho exige qualificação para seus empregos, que no caso do projeto o consenso foi de 6 meses, prorrogado pelo mesmo período, que o



Câmara Municipal de Cordeirópolis

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

programa também é realizado em Araras, mas com periodicidade diferente; que o programa estabelece critérios para participação, e que visa implementar cursos de habilitação para outro trabalho; que pessoas que solicitaram aumento necessitam de sua ampliação, que rompe o assistencialismo e oficinas e cursos fazem com que parte das pessoas aprendam e consigam renda; as empresas exigem escolaridade e o programa de capacitação é um programa social com critérios para aumentar a auto-estima e um planejamento para a vida; falou que a indústria têxtil que gerava empregos antigamente não exigia escolaridade e as crianças devem vir á escola para ter expectativa de vida melhor; que o programa tem função social, critérios e não pode substituir funcionários públicos, colocando o trabalhador de acordo com a idade; que as pessoas não se encontram na mesma situação, mesmo depois de um ano, que deve se pensar outro projeto e rever as situações, dizendo que a falta de escolaridade e capacitação reduz a empregabilidade; que um programa só não dá conta de todas as necessidades de emprego, e que é necessário o aumento do parque industrial e oportunidades de geração de emprego e renda; que a capacitação pode cumprir um papel importante, mas é necessário implantar programas para outras pessoas sem emprego, como cursos profissionalizantes; finalizou dizendo que deve se analisar a situação da pessoa em situação de risco e que os doentes devem continuar a receber enquanto durar o problema. Rinaldo Ramos reclamou contra pessoas que disseram que eles votariam contra o projeto, que a pessoa está na função errada por criar boatos em vez de coordenar e dar ocupação; que a carteira registrada é uma referência de que trabalhou e tem experiência, ao procurar um novo emprego; que o prazo todos aprovarão, dando o direito das famílias exercer suas funções com tranquilidade; que o projeto entrou hoje e precisamos agir junto às empresas, pois foi inaugurado um posto que recrutou empregados em Araras; que a cidade tem condições de oferecer mão-de-obra suficiente para a empresa; que a capacitação não aceita atestado em problema de saúde e acidente, que é um direito por lei e que está sendo burlado, pois é obrigatório. Reginaldo disse que o pessoal da capacitação está muito a desejar com relação a seus direitos, que as pessoas olham com indiferença para os vereadores da oposição e que tem inúmeros nomes e apelidos na Prefeitura; que iremos reagir quando tivermos provas, que tem de se levar em consideração as necessidades dos funcionários, e parar de boatos e mexericos, tapar o sol com a peneira e enganar a população; disse que não é contra, e que teve afirmação em plenário sobre os boatos, que irá aprovar para dar melhores condições, mas devem ser pagos os direitos trabalhistas, e que iremos cobrar. Sérgio Balthazar disse que o projeto original previa um ano, prorrogável por mais um, e numa reunião foi dito que seis meses não dava pra implementar o projeto; que a decisão de reduzir não foi de acordo com o que foi discutido, e alguns vereadores acharam que o projeto era uma porcaria e fizeram a proposta de seis meses; aceitamos para mostrar que era um projeto sério, e que se este prazo fosse aceito naquele momento não precisaria se votar este projeto; que não podemos ouvir e ficar quietos, pois os que falam se esquecem que capacitação não é frente de trabalho, que substituiu o funcionário concursado, que ela era necessária, mas tinha um pouco de politicagem; que temos de saber se legalmente podem ser dados os direitos, pois é fácil falar, e que as pessoas que entram são orientadas, que quando se detectou que a cesta básica era inferior, foi feito processo de licitação que demora um tempo, que iremos acompanhar, pois pegamos uma prefeitura falida e destruída e temos que aperfeiçoar, pois a capacitação veio pra fazer inclusão social, além de muitas pessoas com necessidades especiais terem tido oportunidades; que temos de buscar melhorias dentro do projeto e que tudo que for regimental e legal deve ser feito, pois quem está trabalhando merece e não adianta aprovar e depois pedir a cassação do Prefeito, pois o direito do trabalhador e dever da Prefeitura; que está se induzindo as pessoas a acreditar numa coisa que não é possível, e se o Jurídico der um parecer que pode, então será feito. Em votação, foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Encerrada esta votação, foi solicitada suspensão de sessão, pelo vereador Giovane Genezelli, por dez



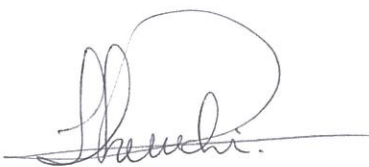
Câmara Municipal de Cordeirópolis

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

minutos, sendo prorrogada por duas vezes. Reaberta a sessão, continuou a Ordem do Dia, com os seguintes projetos: **Projeto de Lei nº 96, de 21 de outubro de 2005**, da vereadora Fátima Marina Celin, que dispõe sobre o uso de espaços públicos ou de publicidade para campanhas educativas contra a violência à mulher. Em discussão, a autora disse que a campanha tem por objetivo criar nova forma de compreensão da questão da mulher e diminuir a violência e a suas conseqüências, para mudar a mentalidade com relação à mulher e às suas condições na família. Em votação, foi aprovado pela unanimidade dos presentes. **Projeto de Lei nº 5, de 1º de fevereiro de 2006**, do vereador Giovane Henrique Genezelli, que institui o Dia do Cliente no calendário oficial do Município. Em discussão, o autor convidou os vereadores interessados para que assinassem também o projeto, tendo recebido manifestações favoráveis da Sra. Presidente e dos vereadores Josué Picolini e David Bertanha. Em votação, o projeto foi aprovado pela unanimidade dos presentes. **Projeto de Lei nº 8, de 1º de fevereiro de 2006**, do vereador Cristiano Antonio Guarasemin, que dá denominação a área verde localizada no Jardim Santa Luzia. Em discussão, nenhum vereador se manifestou. Em votação, foi aprovado pela unanimidade dos presentes. **Projeto de Lei nº 9, de 1º de fevereiro de 2006**, do vereador Cristiano Antonio Guarasemin, que dá denominação à sede da Guarda Municipal. Em discussão, nenhum vereador se manifestou. Em votação, foi aprovado pela unanimidade dos presentes. **Projeto de Lei nº 10, de 1º de fevereiro de 2006**, do mesmo, que institui o Dia da Capoeira. Em discussão, nenhum vereador se manifestou. Em votação, foi aprovado pela unanimidade dos presentes. **Projeto de Lei nº 14, de 15 de fevereiro de 2006**, do Executivo, que dispõe sobre alteração do Plano Plurianual. Ao iniciar-se a discussão foi acusado o recebimento de um **requerimento de retirada de pauta**, que posto em votação, foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Encerrada a Ordem do Dia, passou-se ao Expediente. Neste momento, o Sr. Presidente solicitou **verificação de presença**. Feita a chamada pelo primeiro-secretário, verificou-se a presença de cinco vereadores em plenário, inclusive a Sra. Presidente, número insuficiente para continuação das sessão. Em vista disso, a Sra. Presidente declarou a sessão encerrada, da qual foi lavrada esta ata que vai assinada pelos membros da Mesa para se submetida a Plenário nos termos dos dispositivos regimentais.



REGINALDO MARTINS DA SILVA
- 1º. Secretário -



TERESA CHIARADIA PERUCHI
- Presidente -



GIOVANE HENRIQUE GENEZELLI
- 2º. Secretário -